



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 360/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00276 - Protocolo SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Estado da Saúde

**UNIDADE:** Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de informação sobre intervalo de 36 horas de descanso entre plantões de 12 horas, conforme especifica, no âmbito do HCFMB. Demanda adequadamente atendida. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 360/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, mesmo não sendo uma demanda objeto da Lei Federal nº de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o órgão órgão encaminhou as informações requeridas. Em recurso, prestou esclarecimentos complementares acerca dos plantões pagos. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No caso em apreço, observa-se que não se trata de pedido formulado com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Cumpre esclarecer, que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei de Acesso à Informação (LAI).
4. Nesse sentido, cabe salientar que a Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União no sentido de *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
5. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, "caput", do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012 e alterações posteriores.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 11/11/2022 às 14:41:54.

CGEDES202204607A

SIGA

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

6. Considerando que o pedido do interessado não almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do referido Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175 /2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de novembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público